

Religião e Política: O Envolvimento Político da Assembleia de Deus no Amapá.

Arielson Teixeira do Carmo¹

O século XX, especificamente em meados dos anos 70, é marcado pela pluralização religiosa, sobretudo com o surgimento de vertentes cristãs, período que acentuou uma maior mobilização de grupos evangélicos por representatividade política e social (MARIANO,2013). Nesse sentido, as mudanças no cenário religioso brasileiro se caracterizam pela queda do catolicismo e o aumento dos evangélicos, que passam dos 40 milhões² no Brasil hoje. No entanto, o problema não se restringe tão somente à quantificação numérica de grupos evangélicos, mas também pela forte e maciça participação na política partidária que vem passando por transformações ao longo dos anos, onde cada vez mais os evangélicos assumem cargos de prestígio na administração pública³. De acordo com Filho (2005) considera que os grupos evangélicos no cenário cultural e político brasileiro é um fenômeno recente que surpreende pela linguagem difusa, pela atenção que a mídia lhes confere e pelos resultados eleitorais que conquistam.

Nessa acepção, o principal objetivo deste trabalho é o estudo do envolvimento político da Assembleia de Deus no Amapá e o apoio dado por esta a candidatos para o pleito do legislativo (Deputado Estadual, Deputado Federal e Vereador). Os pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa concentram-se na revisão bibliográfica⁴, na pesquisa do tipo qualitativa, onde as técnicas empregadas

¹ Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Graduado em Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. Membro do Grupo Centro de Estudos Políticos, Religião e Sociedade – CEPRES - UNIFAP.

² Em segundo dados do IBGE 2000, eles representavam 15,4% da população. Em 2010 chegaram a 22,2%, um aumento de cerca de 16 milhões de pessoas (de 26,2 milhões para 42,3 milhões)

³ Ilustro cargos de notoriedade como do ministro do trabalho do Governo Temer, Ronaldo Nogueira (PTB-RS) que é pastor da Assembleia de Deus e do ministro da indústria e do comércio Marcos Pinheiro Linhares presidente do PRB e Bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus.

⁴ Exploro os escritos dos seguintes autores Brasileiros, que se debruçam nas relações entre política e religião no Brasil: Paul Freston, Ricardo Mariano, Maria das Dores Campos Machado, Marcos

são análises de conteúdo e entrevistas semiestruturadas.

Entrevistei seis (6) interlocutores que, mesmo demonstrando certa relutância e desconfiança ao fornecer entrevistas, foram essenciais para o andamento e concretização deste estudo. Concentrei as entrevistas no Pastor Presidente da Assembleia de Deus a Pioneira; na ex-assessora de um candidato, que é missionária e vice-presidente do Monte Sinai⁵ da Assembleia de Deus de Santana (segundo maior município do Estado do Amapá); um pastor da Assembleia de Deus do Ministério do Avivamento Macapá; um fiel da Assembleia de Deus (e) que participou de alguns movimentos dentro da Igreja e acompanhou a escolha de candidatos; uma fiel da AD que frequenta algumas igrejas dissidentes e um pastor do segmento batista que frequentou a Assembleia de Deus e possui conhecimento sobre as formas de apoio político concedido pela AD.

A trajetória da pesquisa proporcionou entender que a AD no Amapá acompanhou uma campanha feita a nível nacional, a partir da década de 80, que foi a do slogan “irmão vota em irmão” (FRESTON,1993) cujo intuito era o de votar e eleger políticos evangélicos que defendem os interesses do segmento.

Os dados coletados demonstraram que, para oferecer apoio político ou ter um candidato como oficial da igreja, as lideranças assembleianas analisam se o candidato possui uma identidade evangélica. Este precisa possuir algum vínculo com a instituição, frequentar ou ter frequentado o meio pentecostal-evangélico ocupar ou ter ocupado algum cargo de prestígio, seja na figura de pastor, na administração, seja na de um obreiro “notável”, ter feito parte de ministérios, ou seja, fazer parte da sua membresia privilegiada e, para além disso, ter propostas que

Vinícius de Freitas Reis, Cecília Mariz, Alexandre Brasil Fonseca, Antônio Flávio Pierucci, Ari Pedro Oro, Reginaldo Prandi, Leonildo Silveira Campos, Saulo de Tarso Cerqueira Baptista, dentre outros estudiosos. A escolha desses autores para a construção metodológica da pesquisa se figura pelo fato de possuírem trabalhos na área de Religião e Política, Sociologia da Religião, Pentecostalismo e sua presença na política partidária brasileira. Tive a preocupação em selecionar dados relevantes sobre o tema, com o objetivo de proporcionar subsídios para desvendar os aspectos evolutivos da relação dos evangélicos na política brasileira.

⁵O Monte Sinai é o departamento feminino chamado Círculo de Oração. Que ocorrem todas as quartas-feiras no templo maior da AD do Município de Santana. No qual os membros se reúnem em oração para orar pelos enfermos e mais necessitados.

coincidem com as demandas e posturas da igreja e de seus fiéis. É necessário ter proximidades com os membros e que estes vislumbrem por ele certo fascínio. Como mencionou a interlocutora Marcia⁶ a relatar sobre a escolha de um candidato “*aquele que caiu nas graças do povo [...] é esse que os irmãos apoiam*”.

Figuras importantes recebem e já receberam apoio da AD em suas candidaturas no Amapá, dentre os quais estão: O candidato Jefri Hippolyte⁷ (1994) (PSC), Valdenor Guedes⁸ (1990) ex-deputado federal e hoje presidente do Partido Social Cristão (PSC) Amapá, Anab Monteiro⁹ candidato a deputado estadual em 2014 pelo (PSC), Fátima Pelaes¹⁰ (PMDB) que não foi reeleita em 2014, por conta do coeficiente eleitoral, Marcos Reategui Souza¹¹ (PSC), eleito em 2014 deputado federal, Pastor Oliveira (PRB)¹² eleito em 2014 também deputado federal e Moisés Reategui de Souza (PSC)¹³ eleito deputado Estadual em 2014 por coeficiente eleitoral e ex-presidente da ALAP – Assembleia Legislativa de Macapá.

Destarte, a AD, como maior segmento pentecostal do Brasil, elege representantes em todos os Estados da Federação, não sendo diferente no Amapá. No estado se observa um crescimento assembleiano considerável nas últimas

⁶Faço menção do uso de nomes fictícios para preservar a imagem dos entrevistados, uma vez que os mesmo assim solicitaram.

⁷ Em 2006 concorreu ao cargo de Deputado Estadual não eleito pelo Partido Social Cristão (PSC). É ainda hoje assembleiano.

⁸ Sua primeira candidatura foi em 1988 pelo Partido da Frente Liberal (PFL) ao cargo de vereador, mas não obteve êxito. Exerce atividade de pastor da Assembleia de Deus.

⁹ Além de militante assembleiano, tem 42 anos, casado, possui ensino superior e é policial civil. Já disputou eleições para outros cargos, por exemplo, o de vereador em 2012. Não foi eleito.

¹⁰Fátima Lúcia Pelaes, ou simplesmente Fátima Pelaes, é uma socióloga e política brasileira. Nasceu em 13 de fevereiro de 1959 (MACAPÁ-AP). É filha de Antônio Pelaes, técnico interino do CR Flamengo e filiada ao PMDB. Deputada Federal, 1991-1995, AP, PFL. Dt. Posse: 01/02/1991; Deputada Federal, 1995-1999, AP, PFL. Dt. Posse: 01/02/1995; Deputada Federal, 1999-2003, AP, PSDB. Dt. Posse: 01/02/1999; Deputada Federal, 2007-2011, AP, PMDB. Dt. Posse: 01/02/2007.

¹¹Marcos Jose Reategui Souza. Nasceu em 06 de outubro de 1960 no Município de Macapá/AP. Possui ensino superior completo. Sua ocupação principal é servidor público Federal. Deputado Federal, 2015-2019, AP, PSC. Dt. Posse: 01/02/2015.

¹² Mesmo esse candidato não sendo membro efetivo da Assembleia de Deus, recebeu apoio de fiéis isolados. Tem 48 anos, casado e possui apenas o ensino médio completo.

¹³Natural do Amapá, nasceu na capital Macapá em 11 de janeiro de 1969. Possui nível superior completo (46 anos de idade). É filiado ao PSC – Partido Social Cristão. Foi eleito deputado estadual nas eleições de 2014.



décadas que contribui para a AD se mobilizar socialmente e politicamente afim de salvaguarda seus interesses. A AD trabalha sob duas perspectivas, tanto com candidaturas oficiais, como apoio político. Existe uma heterogeneidade com relação a este apoio devido às próprias fragmentações e cisões internas, fazendo com que AD não consiga sozinha eleger um candidato a partir de sua membresia.

Todo esse envolvimento político-partidário pentecostal assembleiano só foi possível devido a sua profissionalização na política e a emergência em ter candidatos que representassem seus interesses seguindo a mesma lógica presente no meio evangélico como um todo, fortalecido a partir da década de 80 com a redemocratização do Brasil, que possibilitou um aumento de representantes evangélicos no cenário político nacional (BAPTISTA,2007; PIERUCCI,1989; FRESTON,1993).